

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Alcione de Pernambuco Class.: 43

Data: 25/07/87 Pg.: _____



A denúncia foi encaminhada pelos dirigentes rurais a Joaquim Francisco

Índios explorados em Petrolândia

PETROLÂNDIA - Dirigentes sindicais deste município denunciam a existência de verdadeiros latifundiários, que se alistem como índios, no meio dos Pankararu, aldeia índia entre Petrolândia e Tacaratu, e que se aproveitam dos índios para enriquecimento próprio.

Segundo Eraldo José de Souza, secretário do Sindicato e que reside na área contígua à reserva, esses aproveitadores se dizem índios e até são alistados como tal, para usufruírem de alguns benefícios da Funai e explorem a boa-fé dos índios pobres, a grande maioria da comunidade indígena. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, além de denunciar o fato vem defendendo os índios atingidos pela Barragem de Itaparica, direta ou indiretamente, reconhecendo a eles e lutando para que sejam incluídos no plano de reassentamento do município de Petrolândia, o que já está assegurado.

O sindicalista vem apontando fatos que, segundo ele, comprovam essa denúncia: as áreas de onde a Funai e a Polícia Federal expulsaram os posseiros, em 1965, sem direito a indenização, de suas casas, roças e criatório, hoje estão em poder de uma única pessoa - que se diz índio, conhecido por "Neco Barros". Há outros como Ademar Fernandes

Barbosa, funcionário da Funai, que também se diz índio, que possui bens e propriedades dentro e fora da reserva. Há outros como Agenor Julião, Pedro Barros, "Zé Miúdo" e Vadinho de Laurentino, que se dizem índios, e que exploram os índios dentro da área indígena e procuram criar clima de tensão na área para tirar proveito próprio com o aumento da área mediante "negócios" entre índios. Assim, a exploração dos índios mais pobres não será resolvida com simples aumento da área se a Funai não tomar providências urgentes para impedir essa exploração na reserva.

Na verdade a questão existente na área - segundo afirma Eraldo - não é provocada pela comunidade indígena como um todo. São esses poucos exploradores de índios que vivem permanentemente acirrando os ânimos em proveito próprio.

Esse lado da questão - conclui o sindicalista - os órgãos do Governo, principalmente a Funai, "precisam enxergar para não favorecer a uma minoria, em detrimento da comunidade como um todo, ou seja, os índios e os pequenos agricultores da área".

NÃO FOMENTA
Líderes sindicais deste município promoveram reunião esta semana para analisar nota divulgada por este jornal, edição de 17 de julho último, na qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia é acusado de "fomentar conflitos na região".

A acusação deve-se ao crime ocorrido no sábado dia 11, quando foi assassinado o índio Luiz Monteiro dos Santos.

Vicente da Costa Coelho, presidente do Sindicato, afirma que o crime nada tem a ver com a questão da definição da área indígena, assim como as

bebidas apreendidas pela Polícia Federal o foram fora da área indígena e não houve comprovação de venda de bebida alcoólica na área, já que os índios compram as mesmas em Petrolândia, Tacaratu e Cidade Livre e as contrabandeam para a reserva, sem que disso tenham culpa os posseiros contrangidos pela Polícia Federal. "Para quem quer botar lenha na fogueira, é muito fácil dizer que tais atos têm alguma coisa a ver com a definição da área indígena. Isso não é verdade, pois a morte do índio é mero incidente de ordem pessoal, tanto que o clima na área continua normal", disse Vicente.

Eraldo José de Souza, também diretor do Sindicato, chama atenção para a "irresponsabilidade da Funai em acusar o órgão de classe de estar fomentando conflitos". Segundo ele o que o Sindicato tem feito é procurar junto aos órgãos do Governo, o que é sabido pela Funai, uma solução pacífica e negociada para a definição da área indígena, que ainda está em andamento e não definida, ainda. A Funai, o Minter e o Mirad, continua ele, tem dezenas de escritórios do Sindicato propondo soluções, negociações, inclusive com propostas concretas dos posseiros, representados pelo Sindicato e que podem solucionar o problema sem que haja prejuízo tanto para os índios, como para os pequenos agricultores. Mas nada disso tem despertado o interesse desses órgãos. Infelizmente, concluiu Eraldo, a Funai vem tratando um conflito que envolve 400 famílias de pequenos agricultores como caso de polícia, sem querer enxergar que se trata de um grave problema social que só será resolvido na base do acordo e negociação, como vem alertando o Sindicato.